

É preciso legalizar com urgência o jogo do bicho

Fotos Arquivo/ZH



Antonio Diniz:
banqueiros
não
contribuem
em nada
com
os
cofres
públicos

Por ZENI RATTES
Editoria Local/ZH

É preciso legalizar o jogo do bicho. Esta é a única forma de evitar que os banqueiros continuem a arrecadar milhões de cruzados a cada semana, a usar o serviço de milhares de pessoas sem contribuir com nada para os cofres públicos, sem pagar Imposto de Renda e sem oferecer qualquer tipo de garantia e assistência social aos arrecadadores que fazem o serviço junto aos apostadores, recolhendo a "fórmula". Esta é a posição do chefe de Polícia, delegado Antonio Diniz, adiantando que só no ano passado foram estouradas, na capital, 15 bancas de bicho, apreendidos 20 carros, dezenas de máquinas calculadoras, além de Cr\$ 9 a Cr\$ 10 milhões em apostas.

A posição do delegado Diniz é a mesma do secretário de Segurança,

O jogo do bicho é, sem dúvida, o jogo mais popular no País, devido a sua característica de possibilitar a qualquer pessoa fazer sua aposta, independente de sua condição econômica e social. O vereador Jaques Machado (PDS) reivindica a disciplinação deste jogo como forma de carrear recursos para as entidades sociais e comunitárias. Também o secretário de Segurança, Augusto Berthier, defende sua legalização.

Em recente reunião, em Brasília, todos os demais secretários de Segurança do País e chefes de Polícia pediram a sua legalização ao ministro Abi-Ackel, da Justiça. Mas, além do Bicho, há outros jogos que, embora ilegais, são largamente praticados como a rinha de galos, e o jogo de osso.



Augusto Berthier:
jogo
do bicho
é fator
de corrupção
na polícia

Augusto Berthier, que ao assumir o cargo no início do mês de março, deixou clara sua opinião sobre o assunto, apontando o jogo do bicho como fator de corrupção dentro da Policia: "O grande fator de corrupção, hoje, dentro da Policia, é o jogo do bicho. A sua ilegalidade causa esta margem de corrupção que não é nossa, aqui. No Rio de Janeiro, o bicho manda nas escolas de samba. Sou pela sua legalização por ser um dado de nossa realidade, incorporado aos nossos costumes. A lei contraria os costumes, neste caso. Por que proibir?", pergunta Berthier.

Antonio Diniz, a respeito do assunto, afirma: "Acho que deve haver a legalização não só do jogo do bicho mas também de todos os demais jogos", diante da certeza de que apenas colocar os jogos fora da lei não é garantia de que eles desapareçam ou deixem de ser praticados, ainda mais se tratando de práticas tão populares como são o jogo do bicho e o jogo de osso, em todo o Estado. O jogo de osso é até mesmo tido como liberado, já que não causa qualquer transtorno aos órgãos de segurança e Diniz se refere a ele como "um jogo da tradição gaúcha", assim como a rinha de galos.

Banqueiros Milionários

Mas, se o jogo de osso ou jogo de tava, como é tradicionalmente conhecido na fronteira, é visto com simpatia pelo delegado Antonio Diniz, o mesmo não ocorre com o jogo do bicho. Embora reconheça que o bicho é o jogo mais popular, no qual apostam as camadas mais pobres da população, Diniz argumenta que enquanto os arrecadadores não tem nenhum direito trabalhis-

ta e social, os banqueiros enriquecem sem fazer qualquer esforço. "Têm belos carros, belas casas e gordas contas bancárias", afirma.

Frente a essa situação de impunidade, garantida pela ilegalidade do jogo, se estabeleceu uma grande disparidade nos benefícios assegurados pela arrecadação. Enquanto os banqueiros enriquecem, os arrecadadores — segundo Antonio Diniz, alguns banqueiros mantêm até 2 mil pessoas trabalhando para eles — têm uma mínima parcela de participação nos lucros. "Não têm garantia trabalhista e assim não têm direito a férias, previdência social, 13º salário, salário-família", lembra o chefe de Polícia, que diz não entender como os arrecadadores nunca recorrem à Justiça para reivindicar seus direitos. Na opinião de Antonio Diniz, caso um deles entrasse na Justiça, seguramente ganharia a causa.

Quanto ao medo de represália, não tem razão de ser: "A polícia daria essa segurança", garante o chefe de Polícia.

Outro fator apontado por Antonio Diniz em defesa da legalização do jogo do bicho é o fato dessa contravenção ser mais uma atribuição para a polícia. E, apesar do esforço dispendido no seu combate, o trabalho resulta inócuo, já que é uma contravenção afiançável e a pena não ultrapassa a um ano e meio de detenção. "Em geral, quando vão a julgamento, são absolvidos", assegura Diniz que, no ano passado, foi o responsável pela desativação da Delegacia de Costumes, que se dedicava à repressão ao jogo. Essa atribuição passou a ser de responsabilidade das 17 delegacias distritais de Porto Alegre.

Porto Alegre tem cem canchas

O secular jogo de osso ou jogo de Tava, praticado desde tempos imemoriais pelos gaúchos da campanha, continua mais vivo do que nunca. Só em Porto Alegre, é calculado em mais de 100 o número de canchas onde ele é praticado e considerado um jogo de homens, de "machos". Mas, até mesmo nesse exclusivo reduto masculino, já há a invasão feminina e, nas canchas de osso da capital, corre a história de uma mulher que "joga tão bem quanto um homem" e há dias conseguiu, numa cancha do Lami, a proeza de ganhar de todos os seus concorrentes masculinos.

Nos primórdios da formação do Rio Grande do Sul, praticava-se o jogo do osso de maneira rudimentar. Não era necessário mais do que um osso do joelho do boi, desgastado em ambos os lados, atirado ao chão que deveria estar molhado. Contam que, quando não havia água para molhar o chão, os gaúchos urinavam no terreno, para permitir que o osso ficasse cravado ao solo. Mais tarde, esse osso ganhou uma sofisticação extra. Passou a ter um de seus lados, o que tem forma de "S" ferrado. Esse lado é o lado da sorte ou "suerte", uma terminologia castelhana que se in-

corporou ao vocabulário gaúchesco. O outro lado, denominado de "culo", é o lado do azar e o osso tem a forma de um "C".

Dos locais afastados, nos fundos de fazendas e mais tarde em clareiras abertas no meio dos matos, por ter sido enquadrado como prática proibida pela lei, o jogo de osso ganhou o asfalto e deixou de ser um divertimento exclusivamente dos homens do campo. À medida em que o gaúcho emigrou para a cidade, trouxe com ele seus usos e costumes. E, assim, como o homem urbano toma o chimarrão, pratica também o jogo de osso em canchas clandestinas. Afinal, embora tolerado pela polícia que não interfere em sua prática, ele continua a constar do rol dos proibidos por lei.

Cancha em edifício

Talvez o caso mais original pela sua localização e pelo tipo de pessoas que o exercitam seja a cancha de jogo de osso localizada no primeiro andar de um edifício inacabado, em pleno centro de Porto Alegre, à rua Marechal Floriano, na Galeria 15 de Novembro, ao lado da Galeria do

Rosário. Ali, há dois anos, Breno Alves da Rosa instalou uma cancha de jogo de osso, contrariando assim todos os princípios que nortearam até agora a prática desse tipo de jogo. "Eu sei tudo sobre o jogo de osso: o conheço desde os oito anos de idade", revela Breno, que é natural de Alegrete.

Ao reconhecer sua infância passada no interior de Alegrete, onde teve uma convivência permanente com o jogo do osso, Breno, 41 anos, pai de dois filhos, conta que esse jogo era praticado em canchas no meio do mato, como forma de ludibriar a polícia. Mais tarde, em Porto Alegre, ele voltou a ter conjunto com esse jogo, durante a época que era proprietário de um armazém na estrada que liga Porto Alegre a Viamão. Nessa época, ele ainda tinha receio de represálias da polícia, e o movimento se fazia nos fundos do armazém, em local discreto, acessível apenas para os habituais freqüentadores e jogadores.

Motivado pelos amigos e pela necessidade de manter um negócio para sobrevivência de sua família, Breno bolou a idéia de abrir uma cancha de osso no centro de Porto Alegre. A dificuldade de encontrar um local para sede foi vencida